

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2010**  
**(Do Sr. Nelson Marquezelli)**

Susta a aplicação da Resolução nº 281, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica sustada a aplicação da Resolução nº 281, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, que “Estabelece critérios para o registro de tratores destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas e de construção ou de pavimentação”.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Resolução nº 281, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, tem por objetivo obrigar o registro de tratores destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza ou executar trabalhos agrícolas, incluindo, ainda, maquinaria de construção ou de pavimentação e tracionar outros veículos e equipamentos.

O texto da malfadada Resolução espanca os mais mezinhos princípios de natureza constitucional, bem como fere princípios basilares de relação comercial de um setor altamente penalizado pela sociedade – o agronegócio -, com impostos em cascata e barreiras tributárias e financeiras, que encarecem em muito o setor primário brasileiro.

A Resolução do CONTRAN é uma barbaridade jurídica, pelo simples fato de que não existe exposição de motivos sobre a matéria, além do que os maquinários agrícolas são raros para uso de transporte, cerca de 98% das máquinas agrícolas permanecem nas propriedades rurais e, raramente cruzam as fronteiras da propriedade rural, não existe qualquer posição jurídica de bom senso para a sua implantação, mistura-se assuntos díspares como máquina agrícola e de construção.

A desculpa para a apresentação da Resolução nº 281, de 26 de junho de 2008 é que o DENATRAN já arranjou a dilatação do prazo para a entrada em vigência para julho de 2010 como desculpa para a manutenção do texto. Só essa tentativa demonstra o fosso entre a Resolução e a realidade social do campo. Não cabe, por meio de uma Resolução, a alteração de normais gerais sobre trânsito.

Outro ponto é o alto custo para a implementação da Resolução, ficando várias indagações: Os Detrans estão capacitados para receberem mais de um milhão de tratores para emplacamento? Os agentes do DETRAN irão até a propriedade para fazerem esse emplacamento? Como se dará a transferência de propriedade, inundando-se os Detrans com milhares e milhares de agricultores. Os custos, certamente irão ser repassados para os produtos agrícolas e esse custo aumentará a alimentação no País, gerando inflação e desemprego.

O absurdo que se pretende cometer com a Resolução nº 281/2008 irá encontrar barreiras no Poder Judiciário, por meio de decisões judiciais e o Congresso nacional, por meio da Câmara dos Deputados, não pode ficar silente ante esse monstro jurídico. Importante é sustarmos a Resolução nº 281/2008 e encontrarmos caminhos menos onerosos e com consistência jurídica para resolvermos um problema que afeta toda a cadeia do agronegócio brasileiro. Por todo o exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta importante medida que aqui é apresentada.

Sala das Sessões, em 23 de março de 2010.

Deputado NELSON MARQUEZELLI

PTB - SP